



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA DE MORADA NOVA

LEI Nº 1.487/2009

AFIXADO	
EM: 01 / 07 / 2009	
CONFORME ARTIGO 1º DA LEI Nº 1036/97 COM A NOVA REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 1126/98	
NOME:	<i>Ana Karina C. de L. Rocha</i>
MATRICULA:	Ana Karina C. de L. Rocha Ag. Administrativo II Mat. 010124-9

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A
ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2010,
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MORADA NOVA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE MORADA NOVA aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º São Estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º da Constituição Federal, no art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária do Município para o exercício financeiro de 2010, compreendendo:

- I - As prioridades e metas da administração pública Municipal;
- II - A estrutura e organização dos orçamentos;
- III - Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias destinadas ao Poder Legislativo, compreendidas os créditos adicionais;
- IV - As diretrizes gerais para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- V - As disposições sobre receitas públicas municipais e alterações na legislação tributária;
- VI - As disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- VII - Das disposições sobre a dívida pública municipal;
- VIII - Das metas e riscos fiscais;
- IX - As disposições finais.

CAPÍTULO I PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As metas e prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro de 2010 serão as especificadas no anexo que integra o PPA de 2010-2014, as quais terão precedência de recursos na Lei Orçamentária Anual, mas não se constituem em limite à programação das despesas.

§ 1º As metas e prioridades constantes no anexo de que trata este artigo possui caráter apenas indicativo e não normativo, devendo servir de referência para o processo de planejamento municipal, podendo, a lei orçamentária anual atualizá-las.



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA DE MORADA NOVA

§ 2º Na elaboração da proposta orçamentária para 2010, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas de acordo com identificação constante do PPA 2010-2014, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

CAPÍTULO II
ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 3º O projeto de lei orçamentária do Município, relativo ao exercício de 2010 deve assegurar os princípios da justiça, incluída a tributária, de controle social e de transparência na elaboração e execução do orçamento, observando o seguinte:

- I - O princípio da justiça social implica assegurar, na elaboração e na execução do orçamento, projetos e atividades que possam reduzir as desigualdades entre indivíduos e regiões do Município, bem como combater a exclusão social;
- II - O princípio de controle social implica assegurar a todos os cidadãos a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento; e
- III - O princípio da transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização de meios disponíveis para garantir o real acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 4º Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos da Fazenda Municipal.

Art. 5º Para efeito desta lei, entende-se por:

- I - **Diretriz:** o conjunto de princípios que orienta a execução do Programa de Governo;
- II - **Programa:** o instrumento de organização da atuação governamental visando à realização dos objetivos pretendidos, sendo definido por indicadores estabelecidos no plano plurianual;
- III - **Atividade:** um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de maneira contínua e permanente, resultando em um produto necessário à manutenção da ação de governo;
- IV - **Projeto:** um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resultam um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação governamental;
- V - **Operação especial:** despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo das quais não resulta um período e não geram contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;
- VI - **Modalidade de Aplicação:** a especificação da forma de aplicação dos recursos orçamentários; e,



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA DE MORADA NOVA

VII - Unidade Orçamentária: o menor nível de classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir seus objetivos sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º Cada projeto, atividade e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vincula.

Art. 6º A mensagem do Poder Executivo que encaminhar o projeto de lei orçamentária à Câmara Municipal, no prazo previsto no art. 42, § 5º da Constituição Estadual, será composta de:

- I - texto da lei;
- II - quadros orçamentários consolidados e anexos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta lei;
- III - demonstrativos estatísticos de previsão de receita;
- IV - demonstrativo de previsão do Resultado Primário;
- V - discriminação da legislação da receita referente aos orçamentos fiscal e da seguridade social.

Parágrafo único. Integrarão os anexos e quadros orçamentários consolidados a que se refere este artigo, os exigidos pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 7º Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão as despesas por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, até os níveis das categorias econômicas, grupos de natureza da despesa e modalidades de aplicação, indicando ainda as fontes de recursos.

§ 1º A classificação funcional programática seguirá o disposto na Portaria nº 042, de 14/04/1999, do Ministério de Orçamento e Gestão.

§ 2º Os programas, classificadores da ação governamental, pelos quais os objetivos da administração se expressam, serão aqueles constantes do Plano Plurianual 2010-2014.

§ 3º Na indicação do grupo de despesa, a que se refere o caput deste artigo, será obedecida a seguinte classificação, de acordo com a Portaria Interministerial nº 163/01, da Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria de Orçamento Federal, e suas alterações posteriores:

- I - Pessoal e Encargos Sociais (1);
- II - Juros e Encargos da Dívida (2);
- III - Outras despesas correntes (3);



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA DE MORADA NOVA

- IV - Investimentos (4);
- V - Inversões Financeiras (5);
- VI - Amortizações da Dívida (6).

§ 4º A reserva de contingência prevista nesta lei será identificada pelo dígito "9" no que se refere às categorias econômicas, aos grupos de natureza de despesa, às modalidades de aplicação e aos elementos de despesas.

Art. 8º A lei orçamentária discriminará em categorias de programação específicas, as dotações destinadas:

- I - Às ações descentralizadas de saúde, assistência social e Educação;
- II - Atendimento de ações de alimentação escolar;
- III - Ao pagamento de precatórios judiciais;
- IV - Ao cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado consideradas de pequeno valor; e
- V - Despesas classificadas como operações especiais.

CAPÍTULO III
DOS RECURSOS CORRESPONDENTES ÀS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DESTINADAS AO
PODER LEGISLATIVO, COMPREENDIDAS OS CRÉDITOS ADICIONAIS.

Art. 9º Para fins do disposto neste capítulo, o Poder Legislativo Municipal encaminhará ao Poder Executivo até 20(vinte) dias do prazo previsto no § 5º, art. 42, da Constituição Estadual, sua respectiva proposta orçamentária, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária anual, observada as disposições desta lei.

Art. 10 - O Poder Legislativo do Município terá como limite de despesas em 2010, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, a aplicação do percentual definido pelo art. 29-A da Constituição da República, que será calculado sobre a receita tributária e de transferências do Município, auferida em 2009, acrescidos dos valores relativos aos inativos e pensionistas.

§1º Para efeitos do cálculo a que se refere o caput deste artigo, considerar-se-á a receita efetivamente arrecadada até o último mês anterior ao do encerramento do prazo para a entrega da proposta orçamentária no Legislativo, acrescida da tendência de arrecadação até o final do exercício.

§2º Ao término do exercício será levantada a receita efetivamente arrecadada para fins de repasse ao Legislativo, ficando estabelecidas as seguintes alternativas em relação à base de cálculo utilizada para a elaboração do orçamento:

- I - caso a receita efetivamente realizada situe-se em patamares inferiores aos previstos, o Legislativo indicará as dotações a serem contingenciadas ou utilizadas para a abertura de créditos adicionais no Poder Executivo;
- II - caso a receita efetivamente realizada situe-se em patamares superiores aos previstos, prevalecerá como limite o valor fixado pelo Poder Legislativo.



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA DE MORADA NOVA

Art. 11 - Para os efeitos do art. 168 da Constituição da República os recursos correspondentes às dotações orçamentárias da Câmara Municipal, inclusive os oriundos de créditos adicionais, serão entregues até o dia 20 de cada mês, de acordo com o cronograma de desembolso a ser elaborado pelo Poder Legislativo, observados os limites anuais sobre a receita tributária e de transferências de que trata o art. 29-A da Constituição da República, efetivamente arrecadada no exercício de 2009, ou, sendo esse valor superior ao orçamento do Legislativo, o limite de seus créditos orçamentários.

Art. 12 - O repasse financeiro relativo aos créditos orçamentários e adicionais será feito diretamente em conta bancária indicada pelo Poder Legislativo.

Art. 13 - A Execução orçamentária do legislativo será independente mas integrada ao executivo para fins de contabilização.

Parágrafo único. Em não sendo possível a integração dos sistemas contábeis a Câmara Municipal enviará até o dia 5 do mês subsequente, a demonstração da execução orçamentária e contábil do mês e até o mês anterior para fins de integração à contabilidade geral do Município.

CAPÍTULO IV
DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS
ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 14 - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária para 2010 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada um dessas etapas, bem como levar em conta a obtenção dos resultados fiscais previstos na Lei Complementar nº 101/2000, visando ao equilíbrio orçamentário-financeiro.

§ 1º Para atender ao art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000, os Poderes Legislativo e Executivo deverão elaborar e publicar, até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2010, programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, observando, em relação às despesas constantes no mesmo, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.

§ 2º Para o efetivo cumprimento da transparência da gestão fiscal de que trata o **caput** deste artigo, o Poder Executivo, por intermédio da Secretaria Municipal de Finanças, deverá manter atualizado endereço eletrônico, de livre acesso a todo o cidadão, com os dados e as informações descritas no art. 48 da Lei Complementar nº 101/2000.



**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA DE MORADA NOVA**

Art. 15 - No projeto de lei orçamentária anual, as receitas e as despesas serão orçadas a preços correntes, estimados para o exercício de 2010, ficando o chefe do poder executivo autorizado a suplementar as dotações já previstas em até cem por cento do valor total da receita fixada, utilizando – se como fonte de recurso, os destinados no parágrafo primeiro artigo quarenta e três da lei numero quatro mil trezentos e vinte e dezessete de maço de mil novecentos de sessenta e quatro.

Art. 16 - O orçamento do Município para o exercício d 2010 será elaborado visando garantir a gestão fiscal equilibrada dos recursos públicos e a viabilização da capacidade própria de investimentos.

Art. 17 - Na proposta orçamentária não poderão ser destinados recursos para atender despesas com:

- I - ações que não sejam de competência exclusiva do Município ou comuns ao Município, à União e ao Estado, ou com ações em que a Constituição Federal não estabeleça obrigação do Município em cooperar técnica e/ou financeiramente; e
- II - clubes, associações de servidores ou quaisquer outras entidades congêneres, excetuados:

- a) os centros filantrópicos de educação infantil;
- b) as associações de pais e mestres das escolas municipais;
- c) entidades sem fins lucrativos.

Art. 18 - Somente serão destinados recursos mediante projeto de lei orçamentária, a título de subvenção social, às entidades nas áreas de educação, saúde e assistência social para atendimento das despesas de custeio, conforme disposto no § 3º do art. 12 e nos arts. 16 e 17 da Lei Federal nº 4.320/64, que preencham as seguintes condições:

- I - sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita e continuada, nas áreas de assistência social, saúde ou educação;
- II - possuam Título de Utilidade Pública;
- III - estejam registradas nos conselhos estaduais de Assistência Social, de Saúde ou de Educação, dependendo da área de atuação da entidade; e
- IV - sejam vinculadas a organismos de natureza filantrópica, institucional ou assistencial.

Art. 19 - Fica autorizada a inclusão de dotações, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de "auxílios" e "contribuições" para entidades privadas sem lucrativos e desde que seja:

- I - de atendimento a atividades educacionais, saúde, assistenciais, culturais, de meio ambiente ou desportivas;
- II - signatárias de contrato de gestão com a Administração Pública Municipal;
- III - consórcios intermunicipais, constituídos por lei e exclusivamente por entes públicos;



**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA DE MORADA NOVA**

IV - qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP.

Art. 20 - O projeto de lei orçamentária anual autorizará o Poder Executivo, nos termos da Constituição Federal, a:

I - transpor, remanejar ou transferir recurso, dentro de uma mesma categoria de programação, nos termos do inciso VI, art. 167, da Constituição Federal.

§ 1º A suplementação prevista no inciso I deste artigo destina-se a cobrir insuficiência de saldo de projetos, atividades e/ou operações especiais que necessitem de reforço orçamentário.

§ 2º A suplementação orçamentária através do recurso previsto no inciso II, § 1º, art. 43 da Lei 4.320/64, poderá ser realizada até o total do montante do excesso de arrecadação apurado.

§ 3º O Excesso de arrecadação provocado pelo recebimento de recursos de convênios não previstos no orçamento, ou previsto a menor, poderão ser utilizados como fontes para abertura de créditos adicionais especiais ou suplementares, por ato do Executivo Municipal, prevista na Lei Orçamentária para o ano de 2010.

§ 4º O excesso de arrecadação de que trata o art. 43, § 3º da Lei nº 4.320/1964 será apurado em cada fonte de recurso para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos arts. 8º, parágrafo único e 50, inciso I, da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 5º A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um elemento econômico para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, não compreenderá o limite previsto no artigo quinze, e inciso I desta lei, ficando o chefe do poder executivo autorizado a suplementar as dotações já previstas em até cem por cento do valor total da receita fixada, utilizando – se como fonte de recurso, os definidos no parágrafo primeiro, artigo quarenta e três, de lei quatro mil trezentos e vinte e dezessete de março de mil novecentos e sessenta e quatro.

Art. 21 - A Lei Orçamentária Anual conterá Reserva De Contingência, limitados até cinco por cento da Receita Corrente Líquida prevista para o ano de 2010, a qual será utilizada para atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme disposições contidas na letra "b" do inciso III do art. 5º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 1º Para efeito desta lei, entende-se como eventos e riscos fiscais imprevistos, entre outros, as despesas necessárias ao funcionamento e manutenção dos serviços públicos e da estrutura da Administração Pública Municipal, não orçadas ou orçadas a menor e as decorrentes de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ações governamentais, imprescindíveis às necessidades do poder público.



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA DE MORADA NOVA

§ 2º de acordo com o parágrafo anterior e conforme definido no caput deste artigo, a Reserva de Contingência poderá ser destinada para servir de fonte compensatória na abertura de créditos adicionais, de acordo com o inciso III, § 1º, art. 43, da Lei nº 4.320/64.

Art. 22 - As alterações do Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD – nos níveis de modalidade de aplicação, elemento de despesa e fonte de recurso, observados os mesmos grupos de despesas, categoria econômica, projeto/atividade/operação especial e unidade orçamentária, poderão ser realizados par atender às necessidades de execução.

Parágrafo único. O Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD, será detalhado em nível de elemento de despesa e alterado por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal e por Decreto-legislativo do Presidente da Câmara Municipal no âmbito do Poder Legislativo ou mediante portaria dos Secretários Municipais das Unidades Gestoras mediante delegação de competência do Prefeito Municipal.

Art. 23 - A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme o disposto no art. 167, § 2º, da Constituição Federal, será efetivada por decreto do Poder Executivo.

SEÇÃO II
DAS TRANSFERÊNCIAS ÀS PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS

Art. 24 - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atender necessidades de pessoas físicas, através dos programas instituídos de assistência social, saúde, agricultura, desporto, turismo e educação, desde que aprovada pelo respectivo conselho municipal.

Art. 25 - A transferência de Recursos públicos para pessoas jurídicas, além das condições fiscais previstas no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, quando for o caso, deverá ser autorizada por lei específica e, ainda, atender a uma das seguintes condições:

I - a necessidade deve ser momentânea e recair sobre entidade cuja ausência de atuação do Poder Público possa justificar a sua extinção com repercussão social grave no Município, ou, ainda, representar prejuízo para o município.

II - incentivo fiscal para a instalação e manutenção de empresas industriais, comerciais e de serviços, nos termos do que dispuser lei municipal.

III - No que se refere à concessão de empréstimos destinados a pessoas físicas e jurídicas, estes ficarão condicionados, além de pagamentos de encargos financeiros e juros não inferiores a 12% ao ano, ou ao custo da captação, nos termos do que dispõe o art. 27 da Lei Complementar nº 101/2000:

a) destinação de recursos através de fundo rotativo:



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA DE MORADA NOVA

- b) formalização de contrato;
- c) aprovação de projeto pelo Poder Público;
- d) acompanhamento da execução;
- e) prestação de contas.

SEÇÃO III
DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS DO ORÇAMENTO FISCAL

Art. 26 - O orçamento fiscal estimará as receitas efetivas e potenciais de recolhimento e fixará as despesas dos Poderes Legislativo e Executivo, bem como as de seus Órgãos, Autarquias, Fundação e Fundos Municipais, de modo a evidenciar as políticas e programas do governo, respeitados os princípios da unidade, da universalidade, da anualidade e da exclusividade.

Art. 27 - Na estimativa da receita e na fixação da despesa do orçamento fiscal serão considerados:

- I - os fatores conjunturais que possam vir a influenciar a produtividade;
- II - o aumento ou a diminuição dos serviços prestados e a tendência do exercício; e
- III - as alterações tributárias, conforme disposições constantes nesta lei.

SEÇÃO IV
DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS DO ORÇAMENTO
DA SEGURIDADE SOCIAL

Art. 28 - O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, e contará, dentre outros, com os recursos provenientes:

- I - das receitas diretamente arrecadados pelas entidades que integram exclusivamente o orçamento de que trata esta seção;
- II - de transferência de contribuição do Município;
- III - de transferências constitucionais;
- IV - de transferência de convênios.

CAPÍTULO V
DISPOSIÇÕES SOBRE A RECEITA PÚBLICA MUNICIPAL
E ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

SEÇÃO I
DA PREVISÃO E DA ARRECADAÇÃO

Art. 29 - As receitas abrangerão a receita tributária, a receita patrimonial, as diversas receitas admitidas em lei e as parcelas transferidas pela União e pelo Estado, nos termos da Constituição Federal, e de acordo com a classificação definida pela Portaria Interministerial nº 163, de 4 de maio de 2001.



**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA DE MORADA NOVA**

Parágrafo único. As receitas previstas para o exercício de 2010 serão calculadas acrescidas do índice inflacionário previsto nos últimos doze meses, mais a tendência e comportamento da arrecadação municipal mês a mês e a expectativa de crescimento vegetativo, além da média ponderada dos últimos três exercícios financeiros, conforme demonstrativo estatístico de previsão de receitas anexo, que é parte integrante desta lei.

Art. 30 - Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária anual poderão ser considerados os efeitos de alterações na legislação tributária promovidas pelos Governos Federal e Estadual, ou por projeto de lei municipal que vier a ser aprovado.

Art. 31 - Na previsão da receita orçamentária serão observados:

- I - as normas técnicas e legais;
- II - os efeitos das alterações na legislação;
- III - as variações de índices de preço;
- IV - o crescimento econômico do País.

Art. 32 - O Poder Executivo Municipal colocará à disposição do Poder Legislativo, no mínimo trinta dias antes do prazo final par encaminhamento da proposta orçamentária, as estimativas das receitas para o exercício de 2010, incluindo-se a corrente líquida e as respectivas memórias de cálculo, conforme disposto no § 3º, art. 12, da Lei Complementar nº 101/2000.

**SEÇÃO II
DAS ALTERAÇÕES DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

Art. 33 - O Poder Executivo poderá enviar à Câmara Municipal, projetos de Leis dispondo sobre as alterações da legislação tributária do município, objetivando principalmente:

- I - Ajustar a legislação tributária vigente aos novos ditames impostos pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica do Município;
- II - adequar a tributação em função das características próprias do Município e em razão das alterações que vêm sendo processadas no contexto da economia nacional;
- III - dar continuidade ao processo de modernização e simplificação do sistema tributário municipal;
- IV - atingir as metas dos resultados fiscais previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 34 - Na estimativa das receitas deverão ser consideradas, ainda, as modificações da legislação tributária do Município, cabendo à Administração o seguinte:

- I - a atualização dos elementos físicos das unidades imobiliárias;
- II - a expansão do número de contribuintes;
- III - a atualização do cadastro imobiliário fiscal.



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA DE MORADA NOVA

Art. 35 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos na Dívida Ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no § 3º do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

SEÇÃO III
DA RENÚNCIA DE RECEITA

Art. 36 - Caso haja a necessidade de concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, esta deverá ser demonstrada juntamente com a estimativa do impacto orçamentário-financeiro para o ano 2010 e os dois exercícios seguintes.

§ 1º As situações previstas no caput deste artigo para a concessão de renúncia de receita deverão atender a uma das seguintes condições:

I - demonstração pelo Poder Executivo Municipal que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária anual, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas pelo Município;

II - estar acompanhada de medidas de compensação no ano de 2010 e nos dois seguintes, por meio de aumento de receita, proveniente de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributos e contribuições.

§ 2º A renúncia de receita prevista no parágrafo anterior compreende a anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 37 - No exercício de 2010, as despesas com pessoal, ativo e inativo, dos Poderes Legislativo e Executivo observarão os limites estabelecidos na Lei Complementar Nº 101, de 04 de maio de 2000 e legislação municipal em vigor.

Parágrafo único. A despesa total com pessoal não poderá ultrapassar, em percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício anterior, acrescida de até 12% (doze por cento), se esta for inferior aos limites definidos na forma do art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 38 - A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, inclusive reajustes, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos Poderes Executivo e Legislativo, somente serão admitidos:



**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA DE MORADA NOVA**

- I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesas com pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;
- II - se observados os limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000); e
- III - se observada a margem de expansão das despesas de caráter continuado.

Art. 39 - O disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 101/2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou da validade dos contratos.

Parágrafo único - Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, no efeito do *caput* deste artigo, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividades que, simultaneamente:

- I - sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade, na forma de regulamento;
- II - não seja inerentes a categorias funcionais abrangidas por planos de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinto, total ou parcialmente; e
- III - não caracterizem relação direta de emprego.

**CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 40 - A Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2010 poderá conter autorização para contratação de Operação de Crédito para atendimento à despesa de Capital, observado o limite de endividamento apurado até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, conforme exigências constantes nos arts. 30, 31 e 32 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 41 - A contratação de Operações de Crédito dependerá de autorização legislativa em lei específica, consoante art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 42 - Ultrapassado o limite de endividamento definido no art. 40 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações restringidas nesta lei.

Art. 43 - É vedada a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos adicionais suplementares ou especiais com finalidade específica.

**CAPÍTULO VIII
DAS METAS E RISCOS FISCAIS**

Art. 44 - É parte integrante desta lei, o Anexo de Metas Fiscais, onde estão estabelecidas as metas anuais, em valores constantes e correntes, relativas a



**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA DE MORADA NOVA**

receitas, a despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública para o exercício 2010 e os dois seguintes.

§ 1º O Anexo de metas fiscais será composto pelos seguintes demonstrativos, conforme modelos definidos pela Portaria nº 471, de 31.08.2004, da Secretaria do Tesouro Nacional:

- I - Demonstrativo I – Metas Anuais;
- II - Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- III - Demonstrativo III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- IV - Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido;
- V - Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- VI - Demonstrativo VI – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS;
- VII - Demonstrativo VII – Estimativa de Compensação da Renúncia de Receita;
- VIII - Demonstrativo VIII – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

§ 2º Integra também esta lei o Anexo de Riscos Fiscais, onde são avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas municipais, onde acompanha o Demonstrativo de Riscos e Providências definido pela Portaria STN nº 470, de 31.08.2004.

**CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 45 - Os valores constantes do Anexo de Metas E Prioridades, devem ser vistos como indicativos e, para tanto, ficam admitidas variações de forma a adequar a trajetória que as determine até o envio do projeto de lei orçamentária de 2010 ao Legislativo Municipal.

Art. 46 - São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa no âmbito dos sistemas de orçamento, programação financeira e contabilidade, que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de recursos orçamentários.

Art. 47 - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção do Prefeito Municipal até 31 de dezembro de 2009, fica autorizada a execução da proposta orçamentária em cada mês, até o limite de 1/12 de cada dotação, na forma da proposta remetida à Câmara Municipal, enquanto a respectiva lei não for sancionada.

§ 1º A utilização dos recursos autorizados neste artigo, será considerada como antecipação de Créditos à conta da lei orçamentária anual.



**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA DE MORADA NOVA**

§ 2º Os saldos negativos eventualmente apurados em virtude de emendas apresentadas ao projeto de lei de orçamento na Câmara Municipal e do procedimento previsto neste artigo serão reajustados por Decreto do Poder Executivo Municipal, após sanção da lei orçamentária, por intermédio da abertura de créditos suplementares ou especiais, mediante remanejamento de dotações orçamentárias.

§ 3º Não se incluem no limite previsto no caput deste artigo, podendo ser movimentadas sem restrições, as dotações para atender despesas como:

- I - pessoal e encargos sociais;
- II - serviços da dívida;
- III - pagamento de compromissos correntes nas áreas de saúde, educação e assistência social;
- IV - categorias de programação cujos recursos sejam provenientes de operações de crédito ou de transferências Voluntárias da União e do Estado;
- V - categorias de programação cujos recursos correspondam à contrapartida do Município em relação àqueles recursos previstos no inciso anterior.

Art. 48 – Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar as metas estabelecidas, os Poderes Executivo e Legislativo de forma proporcional às suas dotações adotarão o mecanismo de limitação de empenhos no montante necessário, para as seguintes despesas:

- I - Redução de gastos com combustíveis para a frota de veículos;
- II - Racionalização dos gastos com diárias e viagens;
- III - Eliminação de possíveis vantagens concedidas à servidores;
- IV - Redução de investimentos programados (aquisição de equipamentos e máquinas em geral);
- V - Contingenciamento das dotações para material de consumo e outros serviços das diversas atividades;
- VI - Eliminação de despesas com horas extras;
- VII - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
- VIII - Eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores; e
- IX - Exoneração de servidores ocupantes de cargos comissionados.

§ 1º Não será objeto de limitação de empenho as despesas que representem obrigações constitucionais e legais, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, incluindo-se as despesas com pessoal e encargos sociais.

§ 2º Na limitação de empenho observar-se-á a restrição menos onerosa, em obediência ao princípio da razoabilidade.

Art. 49 - Para fins de cumprimento do art. 62 da Lei Complementar nº 101/2000, fica o Município autorizado a firmar convênio ou congêneres, com a União ou o Estado, com vistas:



**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA DE MORADA NOVA**

- I - ao funcionamento de serviços bancários e de segurança pública;
- II - a possibilitar o assessoramento técnico aos produtores rurais do Município;
- III - à utilização conjunta, no Município, de máquinas e equipamentos de propriedade do Estado ou União;
- IV - a cessão de servidores para o funcionamento de órgãos ou entidades no município.

Art. 50 - Para efeito do disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 101/2000:

- I - Considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere; e
- II - no caso de despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados à manutenção da Administração Pública, consideram-se compromissadas apenas as prestações cujo pagamento deva se verificar no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Art. 51- Os Poderes Executivo e Legislativo ficam autorizados a firmar convênios de cooperação técnica com entidades privadas voltadas para a defesa do municipalismo e da preservação da autonomia municipal, podendo repassar auxílios financeiros para as mesmas.

Art. 52 – A Administração Municipal, tanto quanto possível, até a criação de estrutura adequada, deverá apropriar as despesas de forma a demonstrar os custos de cada ação governamental.

Art. 53 – Entende-se, para efeito do § 3º, do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, como despesa irrelevante, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/93.

Art. 54 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA, em 22 de Junho de 2009.


GLAUBER BARBOSA CASTRO
Prefeito Municipal

TOTAL DAS RECEITAS
2010

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÕES	Realizadas		Estimadas				
	2008	2009	2008	2009	2010	2011	2012
RECEITAS CORRENTES	68.489.920,31	65.117.335,74	56.523.770,16	75.935.109,42	86.377.540,02	104.285.152,67	
Receita Tributária	2.377.713,79	2.912.099,00	2.532.260,00	3.378.034,84	3.952.300,76	4.663.714,90	
Impostos	2.357.104,43	2.670.599,00	2.322.250,00	3.097.894,84	3.624.536,96	4.276.953,62	
Taxas	20.609,36	241.500,00	210.000,00	280.140,00	327.763,80	386.761,28	
Receita de Contribuições	1.654.499,10	1.351.250,00	1.175.000,00	1.567.450,00	1.833.916,50	2.164.021,47	
Contribuições Sociais	1.538.525,67	948.750,00	825.000,00	1.100.550,00	1.287.643,50	1.519.419,33	
Contribuições Econômicas	15.973,43	402.500,00	350.000,00	466.900,00	546.273,00	644.602,14	
Receita Patrimonial	191.427,53	415.035,00	360.900,00	481.440,60	563.285,50	664.576,89	
Aplicações Financeiras	191.427,53	405.835,00	352.900,00	470.768,60	550.799,26	649.943,13	
Outras Receitas Patrimoniais	-	9.200,00	8.000,00	10.672,00	12.486,24	14.733,76	
Receita de Serviços	4.158.153,60	3.292.561,55	2.863.097,00	3.819.371,40	4.468.664,54	5.273.024,15	
Transferências Correntes	56.784.813,97	55.223.935,16	48.020.813,18	64.059.764,78	74.949.924,80	88.440.911,26	
Transferências da União	35.536.649,98	31.087.146,36	27.032.304,18	36.061.089,77	42.191.475,04	49.785.940,54	
Transferências dos Estados	4.510.282,41	4.076.934,00	3.545.160,00	4.729.243,44	5.533.214,82	6.529.193,49	
Transferências dos Municípios	-	-	-	-	-	-	
Transferências Multigovernamentais	16.856.581,60	17.542.504,80	15.254.352,00	20.349.305,57	23.808.687,51	28.094.251,27	
Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-	
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-	-	-	
Transferências de Convênios	81.300,00	2.517.350,00	2.189.000,00	2.920.126,00	3.416.547,42	4.031.525,96	
Outras Receitas Correntes	3.323.312,32	1.922.455,00	1.671.700,00	2.230.047,80	2.609.155,93	3.078.803,99	
Multa e Juros de Mora	77.061,63	564.305,00	490.700,00	654.593,80	765.874,75	903.732,20	
Indenizações e Restituições	560.641,62	1.301.800,00	1.132.000,00	1.510.088,00	1.766.802,96	2.084.827,49	
Receita da Dívida Ativa	22.186,85	4.600,00	4.000,00	5.336,00	6.243,12	7.366,88	
Receitas Diversas	2.663.422,22	51.750,00	45.000,00	60.030,00	70.235,10	82.877,42	
RECEITAS DE CAPITAL	64.704,76	1.144.250,00	995.000,00	1.327.330,00	1.552.976,10	1.832.511,80	
Operações de crédito	-	-	-	-	-	-	
Amortização de empréstimos	-	-	-	-	-	-	
Alienação de Bens	24.592,97	764.750,00	665.000,00	887.110,00	1.037.918,70	1.224.744,07	
Transferência de Capital	-	230.000,00	200.000,00	266.800,00	312.156,00	368.344,06	
Transferência de Convênio	-	230.000,00	200.000,00	266.800,00	312.156,00	368.344,06	
Outras Receitas de Capital	40.111,79	149.500,00	130.000,00	173.420,00	202.901,40	239.423,65	
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	-	-	-	-	-	-	
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	-	-	-	-	-	-	
DEDUÇÕES	4.149.494,30	3.656.878,31	3.179.894,18	4.241.976,84	4.963.115,24	5.856.475,98	
Deduções da Receita p/ Formação do FUNDEF	4.149.494,30	3.656.878,31	3.179.894,18	4.241.976,84	4.963.115,24	5.856.475,98	
TOTAL	64.405.130,77	62.604.707,40	54.438.876,00	72.621.460,58	84.967.108,88	100.261.188,48	

**TOTAL DE DESPESAS
2010**

R\$ 1,00

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA	Realizadas		Previsão				
	2008	2008	2008	2009	2010	2011	2012
DESPESAS CORRENTES (I)	56.506.558,00	46.423.728,00	53.387.287,20	61.829.253,15	72.457.226,19	85.499.526,90	
Pessoal e Encargos Sociais	24.174.730,00	21.616.091,00	24.858.504,65	28.835.865,39	33.737.962,51	39.810.795,76	
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	
Outras Despesas Correntes	32.331.828,00	24.807.637,00	28.528.782,55	33.093.387,76	38.719.263,68	45.688.731,14	
DESPESAS DE CAPITAL (II)	9.616.656,00	7.865.148,00	9.044.920,20	10.492.107,43	12.275.765,70	14.485.403,52	
Investimentos	9.578.965,00	7.263.648,00	8.353.195,20	9.689.706,43	11.336.956,53	13.377.608,70	
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	
Amortização Financeira	37.691,00	601.500,00	691.725,00	802.401,00	938.809,17	1.107.794,82	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	150.000,00	172.500,00	200.100,00	234.117,00	276.258,06	
TOTAL	66.123.214,00	54.438.876,00	62.604.707,40	72.621.460,58	84.967.108,88	100.261.188,48	



METAS FISCAIS - RESULTADO PRIMÁRIO

2010

ESPECIFICAÇÕES	Realizadas					
	2008	2008	2009	2010	2011	2012
RECEITAS CORRENTES (I)	64.340.426	53.443.876	61.460.457	71.294.131	83.414.133	98.428.677
Receita Tributária	2.377.714	2.532.260	2.912.099	3.378.035	3.952.301	4.663.715
Receita de Contribuição	1.654.499	1.175.000	1.351.250	1.567.450	1.833.917	2.164.021
Receita Patrimonial	191.428	360.900	415.035	481.441	563.286	664.677
Aplicações Financeiras (II)	191.428	352.900	405.835	470.769	550.799	649.943
Outras Receitas Patrimoniais	-	8.000	9.200	10.672	12.486	14.734
Receita de Serviços	4.158.154	2.863.097	3.292.562	3.819.371	4.468.665	5.273.024
Transferências Correntes	56.784.814	48.020.813	55.223.935	64.059.765	74.949.925	88.440.911
Demais Receitas Correntes	3.323.312	1.671.700	1.922.455	2.230.048	2.609.156	3.078.804
Deduções de Receitas p/ Formação do FUNDEF	4.149.494	3.179.894	3.556.878	4.241.979	4.963.115	5.856.476
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I - II)	64.148.998	53.090.976	61.054.622	70.823.362	82.863.334	97.778.734
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	64.705	995.000	1.144.250	1.327.330	1.552.976	1.832.512
Operações de Crédito (V)	-	-	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos (VI)	-	-	-	-	-	-
Alienação de Ativos (VII)	24.593	665.000	764.750	887.110	1.037.919	1.224.744
Transferência de Capital	-	200.000	230.000	266.800	312.156	368.344
Outras Receitas de Capital	40.112	130.000	149.500	173.420	202.901	239.424
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV-V-VI-VII)	40.112	330.000	379.500	440.220	515.057	607.768
RECEITAS NÃO-FINANCEIRAS (OU RECEITAS FISCAIS LÍQUIDAS) (IX) = (III + VIII)	64.189.110	53.420.976	61.434.122	71.263.582	83.378.391	98.386.501
DESPESAS CORRENTES (X)	56.506.558	46.423.728	53.387.287	61.929.253	72.457.226	85.499.527
Pessoal e Encargos Sociais	24.174.730	21.616.091	24.858.505	28.835.865	33.737.963	39.810.796
Juros e Encargos da Dívida (XI)	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	32.331.828	24.807.637	28.528.783	33.093.388	38.719.264	45.688.731
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X - XI)	56.506.558	46.423.728	53.387.287	61.929.253	72.457.226	85.499.527
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	9.616.656	7.865.148	9.044.920	10.492.107	12.275.766	14.485.404
Investimentos	9.578.965	7.263.648	8.353.195	9.689.706	11.336.957	13.377.609
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida (XIV)	37.691	601.500	691.725	802.401	938.809	1.107.795
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII - XIV)	9.578.965	7.263.648	8.353.195	9.689.706	11.336.957	13.377.609
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	-	150.000	172.500	172.776	173.070	173.364
DESPESAS NÃO-FINANCEIRAS (OU DESPESAS FISCAIS LÍQUIDAS) (XVII) = (XII + XV + XVI)	66.085.523	53.837.376	61.912.982	71.791.736	83.967.252	99.050.500
RESULTADO PRIMÁRIO (IX - XVII)	-1.896.413	-416.400	-478.860	-528.154	-588.862	-663.998

METAS FISCAIS - RESULTADO NOMINAL
2010

ESPECIFICAÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	9.388.896,00	10.797.230,40	12.524.787,26	14.654.001,10	17.291.721,30
DEDUÇÕES (II)	(2.742.056,00)	(3.153.364,40)	(3.657.902,70)	(4.279.746,16)	(5.050.100,47)
Ativo Disponível	2.641.150,00	3.037.322,50	3.523.294,10	4.122.254,10	4.864.259,83
Haveres Financeiros	601.093,00	691.256,95	801.858,06	938.173,93	1.107.045,24
(-) Obrigações Financeiras	5.984.299,00	6.881.943,85	7.983.054,87	9.340.174,19	11.021.405,55
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	12.130.952,00	13.950.594,80	16.182.689,97	18.933.747,26	22.341.821,77
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	-	-	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	-	-	-	-	-
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV - V)	12.130.952,00	13.950.594,80	16.182.689,97	18.933.747,26	22.341.821,77
RESULTADO NOMINAL	2.724.510,00	1.819.642,80	2.232.095,17	2.751.057,29	3.408.074,51

Valor da Dívida Consolidada Líquida em 2007: **9.406.442,00**



**META FISCAL - MONTANTE DA DÍVIDA
2010**

ESPECIFICAÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	9.388.896,00	10.797.230,40	12.524.787,26	14.654.001,10	17.291.721,30
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	9.388.896,00	10.797.230,40	12.524.787,26	14.654.001,10	17.291.721,30
DEDUÇÕES (II)	(2.742.056,00)	(3.153.364,40)	(3.657.902,70)	(4.279.746,16)	(5.050.100,47)
Ativo Disponível	2.641.150,00	3.037.322,50	3.523.294,10	4.122.254,10	4.864.259,83
Haveres Financeiros	601.093,00	691.256,95	801.858,06	938.173,93	1.107.045,24
(-) Restos a Pagar Proc.	5.984.299,00	6.881.943,85	7.983.054,87	9.340.174,19	11.021.405,55
DCL (III) = (I - II)	12.130.952,00	13.950.594,80	16.182.689,97	18.933.747,26	22.341.821,77



**METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2010**

ESPECIFICAÇÃO	I - Metas Previstas em 2008	II - Metas Realizadas em 2008
I - Receita Total	57.618.770,18	68.554.625,07
II - Receitas Não-Financeiras	53.420.976,00	64.189.110,27
III - Despesas Total	54.438.876,00	66.123.214,00
IV - Despesas Não-Financeiras	53.837.376,00	66.085.523,00
V - Resultado Primário (II - IV)	(416.400,00)	(1.896.412,73)
VI - Resultado Nominal	2.724.510,00	2.724.510,00
VII - Dívida Pública Consolidada	9.388.896,00	9.388.896,00
VIII - Dívida Consolidada Líquida	12.130.952,00	12.130.952,00
VALOR DO PIB ESTADUAL	56.930.000.000,00	

**METAS FISCAIS DOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2010**

ESPECIFICAÇÃO	Corrente					
	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Receita Total	68.554.625,07	57.618.770,18	66.261.585,71	76.863.439,42	89.930.224,12	106.117.664,46
Receitas Não-Financeiras (I)	64.189.110,27	53.420.976,00	61.434.122,40	71.263.581,98	83.378.390,92	98.386.501,29
Despesas Total	66.123.214,00	54.438.876,00	62.604.707,40	72.594.136,58	84.906.061,60	100.158.294,36
Despesas Não-Financeiras (II)	66.085.523,00	53.837.376,00	61.912.982,40	71.791.735,58	83.967.252,43	99.050.499,54
Resultado Primário (I - II)	(1.896.412,73)	(416.400,00)	(478.860,00)	(528.153,60)	(588.861,51)	(663.998,25)
Resultado Nominal	2.724.510,00	2.724.510,00	1.819.642,80	2.232.095,17	2.751.057,29	3.408.074,51
Dívida Pública Consolidada	9.388.896,00	9.388.896,00	10.797.230,40	12.524.787,26	14.654.001,10	17.291.721,30
Dívida Consolidada Líquida	12.130.952,00	12.130.952,00	13.950.594,80	16.182.689,97	18.933.747,26	22.341.821,77

ESPECIFICAÇÃO	Constante					
	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Receita Total	68.554.625,07	68.554.625,07	62.285.890,56	59.224.289,63	77.606.935,76	87.794.087,79
Receitas Não-Financeiras (I)	64.189.110,27	64.189.110,27	57.748.075,06	64.180.979,62	71.952.911,17	81.397.882,01
Despesas Total	66.123.214,00	66.123.214,00	58.848.424,96	65.379.295,73	73.271.242,60	82.863.735,57
Despesas Não-Financeiras (II)	66.085.523,00	66.085.523,00	58.198.203,46	64.656.642,15	72.461.080,01	81.947.226,18
Resultado Primário (I - II)	(1.896.412,73)	(1.896.412,73)	(450.128,40)	(475.662,53)	(508.168,84)	(549.344,18)
Resultado Nominal	2.724.510,00	2.724.510,00	1.710.464,23	2.010.256,16	2.374.075,33	2.819.594,59
Dívida Pública Consolidada	9.388.896,00	9.388.896,00	10.149.396,58	11.279.998,76	12.645.938,93	14.305.920,75
Dívida Consolidada Líquida	12.130.952,00	12.130.952,00	13.113.559,11	14.574.357,14	16.339.224,35	18.484.008,97



**EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2010**

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2008	2007	2006
Patrimônio/Capital	10.707.383,31	4.089.643,34	4.319.757,57
Reservas	-	-	-
Resultado Acumulado	-	-	-

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2008	2007	2006
Patrimônio/Capital	(1.973.269,90)	(865.474,21)	(821.957,17)
Reservas	-	-	-
Resultado Acumulado	-	-	-

**ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2010**

RECEITAS REALIZADAS	2008	2007	2006
RECEITA DE CAPITAL			
Receita de Alienação de Ativos	24.592,97	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	24.592,97	-	-

DESPESAS LIQUIDADAS	2008	2007	2006
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
Investimentos	-	-	-
Transferências Financeiras	-	-	-
Amortização/Refinanciamento da Dívida	-	-	-
DESPESAS FINANCEIRAS DO RPPS	-	-	-

**RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS
2010**

RECEITAS REALIZADAS	2006	2007	2008
RECEITAS CONCORRENTES			
Receita de Contribuições	83.045,00	1.436.506,00	1.798.694,00
Pessoal Civil	79.780,00	1.353.807,00	1.638.525,00
Pessoal Militar	75.912,00	1.353.807,00	1.638.525,00
Outras Contribuições Previdenciárias	-	-	-
Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS	3.868,00	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-
Outras receitas Correntes	1.708,00	13.327,00	33.582,00
	1.557,00	69.372,00	126.587,00
RECEITAS DE CAPITAL			
Alienação de Bens	-	-	24.593,00
Outras Receitas de Capital	-	-	24.593,00
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS RECEBIDOS PELO RPPS			
Contribuição Patronal do Exercício	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-
Contribuição Patronal do Exercícios Anteriores	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-
REPASSES PREVID. PARA COBERTURA DE DÉFICIT	-	-	-
OUTROS APORTES AO RPPS	-	-	-

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	2006	2007	2008
ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Despesas Correntes	-	2.355.311,00	2.935.053,00
Despesas de Capital	-	2.353.373,00	2.935.053,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL			
Pessoal Civil	-	1.938,00	-
Pessoal Militar	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-
Compensação Previd. de aposent. RPPS e RGPS	-	-	-
Compensação Previd. de Pensão entre RPPS e RGPS	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-
DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS DO RPPS	37.786,00	213.991,00	242.864,00

Prefeitura Municipal de Morada Nova
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 I - METAS ANUAIS
 2010

LRF, art. 4º, § 1º

ESPECIFICAÇÃO	2010			2011			2012		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (b) = (a / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (d) = (c / PIB) x 100	Valor Corrente (e)	Valor Constante	% PIB (f) = (e / PIB) x 100
Receita Total	72.621.460,58	69.224.289,63	0,11	84.967.108,88	77.606.935,76	0,12	106.117.664,46	87.794.087,79	0,13
Receitas Primárias (I)	71.263.581,98	64.180.979,62	0,10	83.378.390,92	71.952.911,17	0,11	98.386.501,29	81.397.862,01	0,12
Despesa Total	72.621.460,58	65.379.266,73	0,11	84.967.108,88	73.271.242,60	0,11	100.158.294,36	82.863.735,57	0,12
Despesas Primárias (II)	71.791.735,58	64.656.642,15	0,10	83.967.252,43	72.481.080,01	0,11	98.050.498,54	81.947.226,18	0,12
Resultado Primário (I - II)	(528.153,60)	(475.662,53)	(0,00)	(588.861,51)	(508.168,64)	(0,00)	(663.998,25)	(549.344,18)	(0,00)
Resultado Nominal	2.232.095,17	2.010.256,16	0,00	2.751.057,29	2.374.075,33	0,00	3.408.074,51	2.819.594,59	0,00
Dívida Pública Consolidada	12.524.787,26	11.279.998,76	0,02	14.654.001,10	12.645.938,93	0,02	17.291.721,30	14.305.920,75	0,02
Dívida Consolidada Líquida	16.182.669,97	14.574.357,14	0,02	18.933.747,26	16.339.224,35	0,03	22.341.821,77	18.484.008,97	0,03

Fonte: PEADATA / IPECE-CE / Relatórios da LRF

Prefeitura Municipal de Morada Nova
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS

II - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

2010

LRF, art 4º, § 2º, inciso I

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	I - Metas Previstas em 2008	% PIB	II - Metas Realizadas em 2008	% PIB	Variação (II - I)	
					Valor	%
I - Receita Total	57.618.770,18	0,10	68.554.625,07	0,12	10.935.854,89	0,02
II - Receitas Primárias (I)	53.420.976,00	0,09	64.189.110,27	0,11	10.768.134,27	0,02
III - Despesa Total	54.438.876,00	0,10	66.123.214,00	0,12	11.684.338,00	0,02
IV - Despesas Primárias (II)	53.837.376,00	0,09	66.085.523,00	0,12	12.248.147,00	0,02
V - Resultado Primário (I - II)	(416.400,00)	(0,00)	(1.896.412,73)	(0,00)	(1.480.012,73)	(0,00)
VI - Resultado Nominal	2.724.510,00	0,00	2.724.510,00	0,00	-	-
VII - Dívida Pública Consolidada	9.388.896,00	0,02	9.388.896,00	0,02	-	-
VIII - Dívida Consolidada Líquida	12.130.952,00	0,02	12.130.952,00	0,02	-	-

Fonte: IPEADATA / IPECE-CE / Relatórios da LRF

Prefeitura Municipal de Morada Nova
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 III - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NO TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
 2010

RF, art 4º, § 2º, inciso II

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES											
	2008	2009	%	2010	%	2011	%	2012	%			
Receita Total	57.518.770,18	65.261.585,71	15,00	76.883.438,42	16,00	99.930.224,12	17,00	106.117.694,48	18,00			
Receitas Primárias (I)	53.420.979,00	61.434.122,40	15,00	71.283.581,98	16,00	83.378.390,92	17,00	98.386.501,29	18,00			
Despesa Total	54.438.876,00	62.604.707,40	15,00	72.584.136,58	15,96	84.908.061,60	16,99	100.158.294,36	17,96			
Despesas Primárias (II)	53.837.376,00	61.912.982,40	15,00	71.781.735,58	15,96	83.967.252,43	16,96	99.050.499,54	17,96			
Resultado Primário (I - II)	(418.400,00)	(478.860,00)	15,00	(528.163,60)	10,29	(588.861,51)	11,49	(663.986,25)	12,76			
Resultado Nominal	2.724.510,00	1.819.642,80	(33,21)	2.232.096,17	22,67	2.751.057,29	23,25	3.405.074,51	23,88			
Dívida Pública Consolidada	9.388.898,00	10.787.230,40	15,00	12.524.787,26	16,00	14.554.001,10	17,00	17.291.721,30	18,00			
Dívida Consolidada Líquida	12.130.952,00	13.940.594,80	15,00	16.182.689,97	16,00	18.693.747,26	17,00	22.341.821,77	18,00			

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
	2008	2009	%	2010	%	2011	%	2012	%			
Receita Total	68.654.625,07	62.285.890,56	(9,14)	69.224.289,63	11,14	77.505.935,76	12,11	87.704.087,79	13,13			
Receitas Primárias (I)	64.189.110,27	57.748.075,06	(10,03)	64.180.979,62	11,14	71.892.811,17	12,11	81.397.882,01	13,13			
Despesas Total	68.123.214,00	58.848.424,98	(11,00)	65.379.295,73	11,10	73.271.242,60	12,07	82.983.736,67	13,09			
Despesas Primárias (II)	66.085.523,00	58.198.203,46	(11,94)	64.656.842,15	11,10	72.461.080,01	12,07	81.947.226,18	13,09			
Resultado Primário (I - II)	(1.896.412,73)	(450.228,40)	(75,28)	(475.862,53)	9,67	(508.168,84)	9,83	(549.344,18)	8,10			
Resultado Nominal	2.724.510,00	1.710.464,23	(37,32)	3.210.256,16	17,53	2.374.075,33	18,10	2.819.594,59	18,77			
Dívida Pública Consolidada	9.388.898,00	10.149.096,68	8,10	11.279.896,76	11,14	12.645.938,93	12,11	14.305.920,75	13,13			
Dívida Consolidada Líquida	12.130.952,00	13.113.559,11	8,10	14.574.357,14	11,14	16.339.224,36	12,11	18.484.029,97	13,13			

Fonte: IPEADATA / IPECE-CE / Relatórios da LRF da Prefeitura



Prefeitura Municipal de Morada Nova
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
IV - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2010

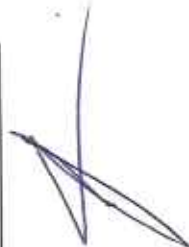
LRF, art 4º, § 2º, inciso III

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2008		2007		2006		RS 1,00
		%		%		%	
Patrimônio/Capital	10.707.383,31	100,00	4.089.643,34	100,00	4.319.757,57	100,00	
Reservas	-	-	-	-	-	-	
Resultado Acumulado	-	-	-	-	-	-	
TOTAL	10.707.383,31	100,00	4.089.643,34	100,00	4.319.757,57	100,00	

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2008		2007		2006		%
		%		%		%	
Patrimônio/Capital	(1.973.269,90)	(18,43)	(865.474,21)	(21,16)	(821.957,17)	(19,03)	
Reservas	-	-	-	-	-	-	
Resultado Acumulado	-	-	-	-	-	-	
TOTAL	(1.973.269,90)	(18,43)	(865.474,21)	(21,16)	(821.957,17)	(19,03)	

Fonte: IPEADATA / IPECE - CE / Relatórios da LRF da Prefeitura



Prefeitura Municipal de Morada Nova
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

V - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

2010

LRF, art 4º, § 2º, Inciso III	R\$ 1,00		
	2006	2007	2008
RECEITAS REALIZADAS			
RECEITA DE CAPITAL			
Receita de Alienação de Ativos	-	-	24.592,97
Alienação de Bens Móveis	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	24.592,97
TOTAL (I)	-	-	24.592,97
DESPESAS LIQUIDADAS			
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
Investimentos	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização/Refinanciamento da Dívida	-	-	-
DESPESAS FINANCEIRAS DO RPPS	-	-	-
TOTAL (II)	-	-	-
SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (III) = (I - II)	-	-	24.592,97

Fonte: IPEADATA / IPECE - CE ; Relatórios da LRF da Prefeitura

Prefeitura Municipal de Morada Nova
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
VI - RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS
2010

art 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a"

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2006	2007	2008
RECEITAS CONCORRENTES (I)	83.045,00	1.436.506,00	1.798.694,00
Receita de Contribuições	79.780,00	1.353.807,00	1.638.525,00
Pessoal Civil	75.912,00	1.353.807,00	1.638.525,00
Pessoal Militar	-	-	-
Outras Contribuições Previdenciárias	3.868,00	-	-
Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS	-	-	-
Receita Patrimonial	1.708,00	13.327,00	33.582,00
Outras receitas Correntes	1.557,00	69.372,00	126.587,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	-	-	24.593,00
Alienação de Bens	-	-	24.593,00
Outras Receitas de Capital	-	-	-
PASSES PREVIDENCIÁRIOS RECEBIDOS PELO RPPS (III)	-	-	-
Contribuição Patronal do Exercício	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-
Contribuição Patronal do Exercícios Anteriores	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-
PASSES PREVID. PARA COBERTURA DE DÉFICIT (IV)	-	-	-
OUTROS APORTES AO RPPS (V)	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (I + II + III + IV + V)	83.045,00	1.436.506,00	1.798.694,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS			
ADMINISTRAÇÃO GERAL (VII)	-	2.355.311,00	2.935.053,00
Despesas Correntes	-	2.353.373,00	2.935.053,00
Despesas de Capital	-	1.938,00	-
PREVIDÊNCIA SOCIAL (VIII)	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-
Compensação Previd. de aposent. RPPS e RGPS	-	-	-
Compensação Previd. de Pensão entre RPPS e RGPS	-	-	-
RESERVA DO RPPS (IX)	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (X) = (VII + VIII + IX)	-	2.355.311,00	2.935.053,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (VI - X)	83.045,00	(918.805,00)	(1.136.359,00)
DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS DO RPPS	37.786,00	213.991,00	242.864,00

Fonte: Balancetes do RPPS

ANO DE REFERÊNCIA	2010		
	ANO 2009	ANO 2010	ANO 2011
% VALOR CORRENTE	15,00%	16,00%	17,00%
ANO 2009	ANO 2010	ANO 2011	ANO 2012
INDICE INFLACIONARIO %	4,35	4,19	4,18
VALOR CONSTANTE	0,94	0,90	0,86
ANO 2008	ANO 2009	ANO 2010	ANO 2011
PROJEÇÃO PIB (Estadual)	56.930.000.000,00	58.922.550.000,00	61.691.909.850,00
			64.282.970.063,70
			66.982.854.806,38

METODOLOGIA DE CÁLCULO - Exemplos:

1 - % Valor Corrente:

1.1 - O percentual projetado para o valor corrente tem por base o crescimento da receita municipal, na qual buscou-se extrair a média de arrecadação de exercícios anteriores a preços projetados para 2010 conforme tendência macroeconômica projetada pelo Governo Federal.

2 - Valor constante:

2.1 - Para se achar o valor constante, utilizou-se um índice inflacionário projetada com base no Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo IBGE.
 2.2 - Para se calcular de imediato o valor constante, transformamos os percentuais acima em índices, os quais foram calculados de acordo com as fórmulas demonstradas na 4ª Edição do Manual de elaboração do RREO (Portaria STN nº 471/2004)

3 - PROJEÇÃO DO PIB (ESTADUAL):

3.1 - A projeção do PIB estadual tomou por base dados do IPEADADA, atualizado a preços de hoje através da expectativa de crescimento.
 3.2 - Os percentuais de crescimento do PIB estadual foram pesquisados no IPECE-CE.

OBS: Os campos na cor azul devem ser preenchidos, os demais são calculados, e qualquer dúvida sobre as informações a serem informadas nos demonstrativos devem ser tiradas através da 4ª Edição do Manual de Elaboração do RREO onde se encontra capítulo específico sobre os Anexos de Metas Fiscais.

